



**Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Assembleia Legislativa  
da Região Autónoma dos Açores**

**Assunto: Meios complementares de diagnóstico e terapêutica realizados no âmbito da celebração das convenções que tenham por objeto a prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde**

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.<sup>a</sup>, para efeito de admissão, requerimento e perguntas com pedido de resposta por escrito dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à **Secretaria Regional da Saúde e Desporto**.

Angra do Heroísmo, 4 de abril de 2023

Com os melhores cumprimentos,

  
(António Lima)

  
(Vera Pires)

**Exma. Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto**

O Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho, na sua redação atual, define o Estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores, no qual se prevê, no seu artigo 36.º, a possibilidade de estabelecer convenções com profissionais ou grupos de saúde, no âmbito do Serviço Regional de Saúde, para a prestação de cuidados de saúde em determinada área geográfica.

A regulamentação das convenções referidas é realizada através da Portaria n.º 51/2014 de 30 de julho nos termos do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional mencionado.

No âmbito da prestação de cuidados de saúde, as regras de prescrição de meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) no Serviço Regional de Saúde, são definidas pela Portaria n.º 89/2021, de 30 de agosto.

Considerando que estão definidos no artigo 2.º da Portaria n.º 51/2014, de 30 de julho, os princípios e objetivos do regime de celebração das convenções que tenham por objeto a prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Considerando que um destes princípios (alínea a, n.º 1, do artigo 2.º) é a “equidade no acesso dos utentes aos cuidados de saúde”.

Considerando que nas alíneas a) e c), do n.º 2 do artigo 2.º, respetivamente, dois dos objetivos a prosseguir para a contratação de convenções, são: a “prontidão, continuidade e qualidade na prestação dos cuidados de saúde, incluindo promoção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento da doença e reabilitação”; e a “articulação eficaz e eficiente entre instituições saúde públicas e privadas a operar na Região Autónoma dos Açores”.

Considerando que o n.º 3 do mesmo artigo 2.º, refere que “o recurso à prestação de cuidados de saúde ao abrigo de convenção, (...), não pode pôr em causa o racional aproveitamento da capacidade instalada no sector público, nem prejudicar a garantia da acessibilidade àqueles cuidados por parte dos utentes do Serviço Regional de Saúde”.

Considerando o artigo 2.º da Portaria n.º 89/2021, de 30 de agosto - Princípio da articulação entre unidades de saúde – que refere que “os hospitais EPER e as unidades de saúde de ilha devem promover a devida articulação entre si e com terceiros, convencionados ou protocolados (...), por forma a assegurar a realização de MCDT aos utentes do SRS, e garantindo a

complementaridade dos recursos existentes e a universalidade e equidade no acesso aos cuidados de saúde.”

Considerando o artigo 3.º desta mesma portaria - Realização de MCDT pelas unidades de saúde de ilha – que refere que “as unidades de saúde de ilha asseguram, sempre que possível e com recurso ao regime das convenções, a realização de MCDT aos utentes do respetivo concelho, no âmbito dos cuidados de saúde primários e das suas atribuições enquanto estruturas de planeamento, coordenação e prestação de cuidados integrados de saúde.”

**Assim, nos termos estatutários e regimentais e atendendo ao exposto, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V.ª Ex.ª a seguinte informação:**

1 – Quais as convenções estabelecidas com profissionais ou grupos de saúde, no âmbito da prestação de cuidados de saúde, nomeadamente para a realização de MCDT no Serviço Regional de Saúde, desagregado por hospitais EPER e unidades de saúde de ilha?

2 – Qual o número de utentes em lista de espera para a realização de MCDT no âmbito das convenções estabelecidas com profissionais ou grupos de saúde, desagregado por especialidade, por hospitais EPER e por unidades de saúde de ilha?

Angra do Heroísmo, 4 de abril de 2023



(António Lima)



(Vera Pires)